

Apresentação

Maristela Simões do Carmo

A evolução da tecnologia agropecuária, apoiada no paradigma da sustentabilidade, coloca questões novas para o meio rural brasileiro, além do desafio da produção de alimentos no próximo milênio. O próprio termo “sustentável” não possui, ainda, uma conceituação claramente definida e com caráter consensual. Uma grande amplitude de interpretações perpassa o conceito atual de sustentabilidade, indo desde técnicas de engenharia genética, codificadora da vida, que ainda não conhece seus impactos na cadeia biológico-alimentar, até a recuperação de práticas primitivas de produção. Não há consenso sobre um equilíbrio tecnológico, onde não se percam os ganhos de produtividade já alcançados, mas onde também não se ouse entrar inconseqüentemente na direção de um futuro incerto, e com demasiados riscos quanto à estabilidade genética da própria vida.

Por outro lado, como entender o desenvolvimento e nesse pro-

cesso, a agricultura, a partir das bases sociais e, portanto, das políticas adotadas, para que se operacionalize a sustentabilidade do desenvolvimento em seus três eixos básicos: econômico, social e ambiental? Como conciliar, então, desenvolvimento e sustentabilidade, de maneira que esta seja entendida de forma dinâmica e aquele pressuponha limites na efetivação do bem estar econômico no sentido de se realizar um bem estar social e ambiental? Em outras palavras, que condições sociais devem emergir a fim de que se processe uma transição para uma agricultura sustentável, em bases científicas e socialmente mais justas, eliminando o diálogo de surdos atualmente presente nessa discussão?

Na parte I, procura-se entender de qual sustentabilidade trata este volume, pesquisando-se as bases teórico-conceituais para um determinado desenvolvimento sustentável no campo. Um enfoque que abrigue outras relações que não apenas as mercantis, cu-

jas dimensões estão ausentes das interpretações teórico-econômicas atuais. Esse determinado desenvolvimento implica uma nova ética comportamental, em relações antropológicas muito além das relações produtivas, muito além do ecologismo físico-natural e do determinismo econômico.

A construção dessa sustentabilidade, na prática, passa pelas experiências institucionais de pesquisa, que buscam a ponte entre o ideal e a realidade de situações concretas. Dessa forma, a parte II tem a finalidade de mostrar como estão evoluindo os trabalhos de campo voltados ao comprometimento com uma nova agricultura, onde meio ambiente e condições de vida caminhem em paralelo.

No bojo dessas temáticas discute-se, no primeiro artigo, a emergência da questão socio-ambiental e da ecologização da agricultura, relacionando o crescimento econômico e os limites da-

dos pelos recursos naturais. Ao se colocar tal discussão, tem-se como pano de fundo várias perspectivas do sistema econômico que, ao tentar resolver suas contradições, principalmente quanto à reprodução do capital, leva a novos desenhos tecnológicos e a conflitos sociais para a agricultura.

Na construção dos objetos de estudo da sociologia e da ecologia, existem conceitos básicos muito próximos, uma vez que ambas surgiram na segunda metade do século XIX. No entanto, tais ciências apresentam dificuldades para interagirem, necessitando abrir novo diálogo para um entendimento melhor de suas afinidades. O tema do segundo artigo - a possibilidade de um diálogo em novas bases entre as duas ciências - conduz a uma conciliação na direção de uma sociologia ambiental que, apesar de sua aspiração grandiosa enquanto mudança de paradigma, tem dificuldades ao empregar referências teóricas da sociologia clássica na procura de soluções para os problemas ecológicos.

A tecnologia agrícola do modelo convencional dominante assegurou altas produtividades à agricultura brasileira, vista como um bloco único e homogêneo de produção. Não obstante, as diferenciações entre os agricultores e as tecnologias produtivas adotadas por eles apontam para dificuldades nas tentativas de se encontrar novos rumos para o desenvolvimento rural. É preciso

especificar as bases sócio-políticas da produção que podem levar a uma sustentabilidade com segurança alimentar para toda a população, uma vez que a viabilidade técnica não deverá ser o estrangulamento do desafio da produção de alimentos no próximo milênio, tese apresentada no terceiro artigo deste volume.

Encerrando a primeira parte, procura-se relacionar a base petróleo das matrizes energéticas das economias atuais com a insustentabilidade ambiental, ressaltando a relação de desigualdade entre os países. A autora resgata a necessidade de se estabelecer um consumo diversificado de fontes energéticas, que seja alternativo aos combustíveis fósseis, aumentando a eficiência do seu uso, para se obter menor impacto no ambiente e maior autonomia nacional.

Dentro das experiências em pesquisa, o trabalho sobre a Chapada Diamantina na Bahia reporta a um comprometimento institucional, cabendo ao Estado planejar e monitorar as condições básicas de implementação de modelos sustentáveis. Aborda o papel das instituições não governamentais, enfatizando, no entanto, uma maior articulação entre "público" e "privado", onde redefinições de funções poderão redirecionar o desenvolvimento, sem o que, a população da Chapada e os recursos naturais estarão cada vez mais sujeitos a agressões e perdas irreparáveis.

A utilização do enfoque sistêmico para resolução dos problemas da agricultura é o objetivo do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) ao estudar sistemas produtivos sustentáveis. A reformulação da organização da pesquisa, naquela instituição, exigiu a prática da multidisciplinariedade, esforço que caminha para subsidiar ações públicas voltadas à sustentabilidade de dimensões sociais, econômicas e ecológicas. Consolidar metodologias para viabilizar um nível mínimo de consenso científico que integre diferentes áreas de pesquisa é, talvez, o maior desafio nos estudos sobre sustentabilidade, o que acentua a necessidade de mais experiências como essa.

Por outro lado, a prospecção de demanda por tecnologias configura a necessidade dos agricultores disporem de práticas mais condizentes com a sua realidade social, econômica e ambiental. O Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, apresenta uma metodologia participativa, por meio da qual, a partir da integração entre os órgãos de pesquisa e da extensão rural, pretende-se construir uma visão coletiva da realidade regional. A Metodologia de Planejamento Participativo é utilizada como instrumental voltado a um comprometimento não só institucional, mas também sensibilizador com relação aos técnicos envolvidos na direção do desenvolvimento sustentado.

O artigo do Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental (CNPMA), da EMBRAPA, enfatiza as relações existentes entre a pequena produção familiar e os impactos ambientais na definição de ações de intervenção participativa, em uma área de assentamento fundiário. A operacionalidade da junção de impactos ambientais e sistemas produtivos familiares, objetivando uma prática sustentável, repõe a questão da busca metodológica que dê conta tanto da conceituação de sustentabilidade quanto do caráter multidisciplinar da questão.

Finalmente, encerrando esta coletânea, tem-se a abordagem da poluição da suinocultura no Oeste Catarinense, colocando-se o desafio de implementar uma política ambiental, principalmente quando isto é parte de um programa de expansão dessa atividade acoplado ao processo de modernização. Os conflitos daí decorrentes afetam a pequena produção familiar, cuja premência é o aumento da produtividade. Tais conflitos normalmente apresentam baixa percepção dos riscos ambientais. Embora possa despertar os agricultores e outros atores sociais envolvidos com esta atividade, é preciso desvincular a visão produtivista e tecnocrata da poluição, das metas ambientais a que se propõem programas de financiamento de despoluição como este, para que se atinjam resultados realmente efetivos.

A unanimidade sócio-política atualmente presente em todos os discursos, sobre como resolver os problemas que a crise ecológica fez aflorar após a impotência do modelo do pós-guerra, mascara as verdadeiras soluções, uma vez que se voltam apenas para a dimensão ambiental. Isto só trará uma sobrevida ao consumo capitalista, porquanto promove uma "ecologização" da economia, em que uma sociedade possa incorporar, sem contradições, inputs ecológicos que trarão um novo mundo para todos. É preciso ir além do econômico, da ciência apenas como força produtiva, para atingir outro patamar, onde miséria, fome e injustiça sejam coisas do passado. Espera-se que esses textos ajudem a construir a sustentabilidade preconizada, não apenas no campo, mas em toda a sociedade.

Maristela Simões do Carmo

